

Energia da biomassa

Biocombustíveis na América Central e no Caribe

Giuliano Marchini Senatore*
Elisa Carlos Pereira*

PATROCINADA POR instituições como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Fundação Getulio Vargas, através da FGV Projetos tem realizado de estudos de viabilidade para a produção de biocombustíveis. Até o momento, o Haiti, El Salvador, Honduras, a Guatemala e a República Dominicana receberam os trabalhos que se iniciaram no ano de 2007. Fruto do Memorando de Entendimento entre os Estados Unidos e o Brasil, a intenção é convergir esforços para apoiar a difusão dos biocombustíveis e desenvolver socioeconomicamente os países contemplados.

Para o estabelecimento de um mercado sólido de produção de biocombustíveis na América Central, a regulamentação do ambiente institucional, via planejamento político-econômico é essencial. São necessárias medidas para regulamentar a introdução dos biocombustíveis na matriz energética nacional, de forma a garantir a sustentabilidade de sua produção e competitividade econômica, que devem ser lastreadas por garantias de demanda.

Nesse sentido, os países da América Central e do Caribe têm iniciado uma série de ações políticas, configuradas em programas e projetos que podem tornar a região atrativa a investimentos locais e internacionais, o que fortalecerá a economia regional e o desenvolvimento socioeconômico.

Os instrumentos políticos mais utilizados na regulamentação do mercado são os incentivos fiscais (isenção de impostos, principalmente de renda e para a

importação de maquinários). A instituição de mistura obrigatória, a fim de garantir a demanda, é outro instrumento estudado. Porém, esses mecanismos de regulamentação devem ser institucionalizados, somente após a estruturação da produção nacional dos biocombustíveis. Assim, estudos sobre o tema colaboram para destacar as ações necessárias e subsidiar os governos com informações estratégicas, que permitam o desenvolvimento de políticas públicas e planejamento governamental.

Todos os governos dos países analisados demonstram interesse e têm aporte técnico e político de instituições representativas, que facilitam a sistematização das informações e a construção de políticas regulatórias.

O estágio inicial de desenvolvimento do mercado de biocombustíveis na América Central e a discussão de novos marcos regulatórios, podem ampliar as oportunidades de investimentos. As políticas públicas a serem elaboradas e colocadas em prática terão papel chave no desenvolvimento e consolidação do mercado de biocombustíveis na região.

Os primeiros investidores podem usufruir dos incentivos, fomentando empreendimentos rentáveis com custos de produção bastante competitivos. Haveria garantia de demanda proporcionada pela instituição da mistura obrigatória internamente a esses países e pela possibilidade de acesso privilegiado a mercados em países desenvolvidos.

Abaixo são discutidos os resultados dos projetos realizados pela FGV Projetos em diferentes países da América Central.

Honduras

O estudo de viabilidade para produção de biocombustíveis está em fase inicial. Pretende-se identificar as culturas agrícolas mais propícias e regiões para instalação de projetos. Serão considerados aspectos edafoclimáticos de adaptabilidade da produção agrícola e aspectos econômicos de produção agrícola e industrial. O objetivo é obter subsídios e disponibilizá-los, para tornar possível a tomada de decisão de desenvolvimento das políticas públicas, principalmente referente à porcentagem das mesclas com combustíveis fósseis.

Vinculado aos Ministérios da Indústria e Comércio, da Agricultura e Pecuária e à Secretaria dos Recursos Naturais e Ambientais, o órgão responsável pela política energética, a Unidade Técnica de Biocombustíveis foi criada após a homologação da Ley para Producción y Consumo de Biocombustibles, em 2007. Embora não preveja a mistura obrigatória de etanol à gasolina, a lei contempla incentivos fiscais que podem diminuir os custos de produção, como a isenção do imposto de renda durante 12 anos; a isenção do pagamento do *Aporte para la Atención a Programas Sociales y Conservación del Patrimonio Vial* durante os primeiros 15 anos e o acesso aos benefícios aduaneiros relativos à importação de maquinários.

Guatemala

A análise de viabilidade possui os mesmos objetivos específicos dos trabalhos realizados em Honduras. A política energética do país é coordenada pela Comissão Nacional de Energia Elétrica que busca garantir a segurança e a diversificação da oferta e qualidade desses produtos; oferecer preços competitivos aos consumidores e produtores; incentivar os investidores; e apoiar a viabilização da oferta do serviço elétrico.

As ações realizadas para o incentivo à produção de bioenergia referem-se à isenção das tarifas de importação e isenção do Imposto de Valor Agregado. A Ley de Incentivos para el Desarrollo de

Proyectos de Energía Renovable (2003) também prevê a isenção do pagamento do imposto de renda por dez anos na etapa comercial. A mescla dos biocombustíveis aos combustíveis fósseis não é citada pela lei e o estudo poderá dar apoio à decisão governamental para criar um marco regulatório com esta intenção.

El Salvador

As ações políticas referentes aos biocombustíveis são coordenadas pelo Conselho Nacional de Energia, criado pelo Ministério da Indústria e Comércio. A política industrial prevê a promoção do desenvolvimento dos recursos renováveis e novas fontes de energia limpa; a expansão das redes de distribuição e a promoção de investimentos privados. Os instrumentos políticos previstos referem-se ao apoio à estabilidade de preços e garantia parcial sobre determinados empréstimos.

Foram realizados dois estudos de viabilidade. O primeiro, em 2007, objetivou a recomendação de investimentos em projetos de biocombustíveis, por meio da

identificação das culturas agrícolas mais propícias. Pela sua viabilidade, a produção de etanol permitiu apoiar a decisão governamental pela adoção da mescla de 10% de etanol à gasolina, em vias de ser aprovada no país. O segundo, em 2009, fortaleceu a viabilidade econômica da produção do etanol, através de estudos aprofundados da estrutura fundiária local e elaboração de um modelo de negócio condizente à realidade do país.

República Dominicana

No início da década de 2000, foram promulgadas leis específicas de energia, como para hidrocarbonetos e eletricidade, que preveem controle de preços, incentivo fiscal às empresas de energia elétrica cuja fonte fosse renovável e a criação do órgão responsável pelas políticas: Comissão Nacional de Energia.

Foram utilizadas como base para a formulação da Ley de Incentivos al Desarrollo de Fuentes Renovables de Energías y de sus Regímenes Especiales, que tramita no governo e ainda não entrou

em vigor. No projeto de lei propõe-se a isenção dos impostos que incidem em maquinários importados e isenção do imposto de renda durante dez anos. A mistura obrigatória, e sua porcentagem, estão em fase de análise pelo governo. O estudo realizado apontou para a produção de etanol e identificou áreas adequadas à produção de cana-de-açúcar, que estão sendo utilizados como suporte para a decisão governamental.

Haiti

É o único entre os países estudados, que não tem um órgão responsável por seu desenvolvimento, embora esteja sendo planejada sua criação. A entidade de gestão atual é um conjunto composto pelo Ministério do Trabalho Público, Transportes e Comunicação (MTPTC), pela Secretaria das Minas e Energia (BME) e pela Eletricidade do Haiti (EDH).

Em 2008, a Secretaria das Minas e Energia, propôs um programa que ainda não entrou em vigor. O seu objetivo é promover o cultivo de culturas agrícolas para a produção de biocombustível, priorizando as mesclas de 10% de biodiesel ao diesel e a mescla de etanol à gasolina. São instrumentos citados para sua efetivação os incentivos fiscais e investimentos em pesquisas e estudos.

No trabalho, foi constatada a viabilidade de produção de etanol nas proximidades de Cap-Haitien (Região Norte do país) e definida a viabilidade técnico-econômica da produção de biomassa a partir de uma forrageira conhecida como capim elefante, que seria utilizada para cogeração de energia elétrica.

No entanto, a discussão sobre biocombustíveis é delicada, em decorrência da instabilidade política e social que o país atravessa. Isto pode afastar o interesse de investidores privados. De outro lado, a alta demanda, decorrente da precária infraestrutura atual, constitui-se em atrativo para novos investimentos, desde que sejam atendidas condições mínimas que permitam investimentos. ■

* Consultores da FGV Projetos.

Etanol no Brasil: experiência em tecnologia e regulação

Devido à sua competência no desenvolvimento de tecnologias agroindustriais inovadoras e na experiência do governo em regulamentação, o papel brasileiro para o desenvolvimento de biocombustíveis em outros países é de extrema relevância. Segue um breve histórico do etanol no Brasil:

- Durante o século 20, o Estado foi fundamental para elaboração de uma política comum no setor canavieiro brasileiro. As primeiras iniciativas deram-se no começo da década de 1930, com a criação de programas como cotas de produção, administração de preços e garantia de compra do etanol.
- Em 1975, por conta das altas nos preços do petróleo e da baixa dos preços do açúcar, foi lançado o Pró-Álcool. Inicialmente, o programa estimulou o mercado interno, incentivou a produção de etanol e fortaleceu a ação governamental de administração dos preços finais.
- Entre a segunda metade da década de 1980 e final dos anos de 1990, o mercado brasileiro de etanol experimentou períodos de instabilidade, com quedas abruptas nos preços internacionais do petróleo, baixos valores pagos aos produtores e problemas de abastecimento do produto.
- No início de 2000, com a retomada nos preços do petróleo e o advento da tecnologia dos carros *flex*, a demanda de etanol voltou a crescer. O novo impulso no consumo, aliado às medidas governamentais, como a mistura obrigatória, colaboraram para o fortalecimento do mercado de etanol combustível no Brasil